

SIDNEY GUERRA

CURSO DE

Direito

Internacional

Público

16ª edição
2024

saraiva  *jur*



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva	Flavia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência de conteúdo e aquisições	Thais Cassol Reato César
Gerência editorial	Livia Céspedes
Novos projetos	Aline Darcy Flór de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Samantha Rangel Gonçalves
Design e produção	Jeferson Costa da Silva (coord.) Camilla Feix Cianelli Chaves Guilherme Salvador Lais Soriano Rosana Peroni Fazolan Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Mia Santos
Revisão	Simone Silberschmidt
Capa	Herbert Junior
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

G934 Guerra, Sidney Cesar Silva
Curso de direito internacional público / Sidney Cesar Silva Guerra. - 16. ed. - São Paulo : Saraiva/Jur, 2024.
928 p.
ISBN: 978-85-5362-342-6
1 Direito. 2. Direito internacional. 3. Direito internacional público. I. Título.
2023-2028 CDD 341
CDU 341

Índices para catálogo sistemático:

1 Direito internacional público 341
2 Direito internacional público 341

Data de fechamento da edição: 13-09-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal

COD OBRA CL CAE

Sumário

Sobre o autor.....	IX
Prefácio	XI
Nota à 16ª edição	XIII

PARTE I PARTE GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO I A SOCIEDADE INTERNACIONAL

1. Considerações Gerais	3
2. Antecedentes e Conceito de Sociedade Internacional.....	7
3. Características	12
3.1. Universal	12
3.2. Aberta.....	13
3.3. Descentralizada.....	13
3.4. Paritária	14
4. Os Atores na Ordem Jurídica Internacional	15
4.1. O Estado.....	16
4.2. As organizações internacionais.....	17
4.3. A pessoa humana.....	17
4.4. As empresas transnacionais.....	18
4.5. A Santa Sé.....	20
4.6. Os beligerantes e insurgentes.....	23
4.6.1. Grupos armados não estatais.....	24
4.7. A Cruz Vermelha	26
4.8. A Ordem de Malta	28
4.9. As organizações não governamentais.....	28

CAPÍTULO II NOÇÕES PRELIMINARES

1. Gênese da Norma Jurídica.....	35
2. O Direito Internacional Público – Conceito.....	39
3. A Norma Internacional.....	43
4. Fundamento do Direito Internacional	46
5. Relações entre o Direito Interno e o Direito Internacional	49
5.1. Dualismo	51
5.2. Monismo	53
5.2.1. Monismo com primazia do Direito Interno	53
5.2.2. Monismo com primazia do Direito Internacional	54

CAPÍTULO III

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Considerações Gerais	57
2. A Previsão das Fontes do DIP.....	58
3. Tratados	59
3.1. Considerações gerais.....	59
3.2. Conceito e características	60
a) Acordo internacional entre Estados.....	60
b) Celebrado por escrito	60
c) Regido pelo Direito Internacional.....	61
d) Qualquer que seja sua denominação.....	61
e) Conste de um instrumento único ou em dois ou mais instrumentos conexos	62
3.3. Condições de validade para os tratados internacionais.....	63
a) Capacidade das partes.....	63
b) Habilitação dos agentes signatários	63
c) Objeto lícito e possível.....	64
d) Consentimento mútuo.....	65
3.4. Classificação	67
3.4.1. Classificação subjetiva.....	67
3.4.2. Classificação material.....	68
3.4.3. Classificação formal	68
3.5. Fundamento e efeitos.....	68
3.6. Forma.....	69
3.6.1. Fases da elaboração dos tratados.....	69
a) Negociação	69
b) Redação do texto	70
c) Assinatura do texto	72
d) Ratificação	74
e) Promulgação	77

f) Publicação	77
g) Registro	77
3.7. Aplicação dos tratados com normas contraditórias.....	78
3.8. Fim dos tratados.....	79
3.9 A denúncia dos tratados internacionais na ordem jurídica brasileira: o caso da Convenção n. 158 da OIT na ótica do STF	82
4. O Costume Internacional	84
5. Princípios Gerais do Direito	91
5.1. Noções gerais.....	91
5.2. Os princípios no Direito Internacional Público	93
6. Doutrina, Jurisprudência e Equidade (Elementos Auxiliares)	96
7. Ato Unilateral.....	100
8. As Resoluções das Organizações Internacionais.....	102

PARTE II

O ESTADO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO IV

O ESTADO NA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL

1. Conceito	109
2. Elementos Constitutivos do Estado	111
3. Classificação dos Estados.....	116
3.1. Estados simples	116
3.2. Estados compostos.....	117
3.2.1. Estados compostos por coordenação.....	117
a) Federação de Estados	117
b) Confederação de Estados.....	119
c) União de Estados.....	120
3.2.2. Estados compostos por subordinação.....	120
a) Estado vassalo	120
b) Protetorado	121
c) Estados exíguos	121
d) Estados clientes.....	122
e) Estados satélites.....	122
f) A <i>Commonwealth</i>	122
4. Nascimento do Estado.....	123
5. Reconhecimento de Estado e Governo	124
6. Sucessão e Extinção de Estados	129
a) Bens do Estado	135
b) Legislação e tratados.....	136
c) Nacionalidade.....	138

7. Direitos dos Estados	138
7.1. Direito à igualdade	140
7.2. Direito ao respeito mútuo	141
7.3. Direito à conservação e proteção	142
7.4. Direito ao comércio internacional	143
8. Deveres dos Estados	144
8.1. A não indiferença	147
8.2. A não intervenção	150
8.2.1. As doutrinas Monroe e Drago	153
9. Restrições aos Direitos dos Estados	154
9.1. Imunidade de jurisdição	154
9.2. Servidão	155
9.3. Arrendamento do território	156
9.4. Neutralidade permanente	157
9.5. Neutralidade de território	157
10. Responsabilidade dos Estados	158
10.1. Noções gerais	158
10.2. Responsabilidade subjetiva e objetiva	160
10.3. Atos do Executivo, Legislativo e Judiciário	162
a) Atos do Executivo	163
b) Atos do Legislativo	163
c) Atos do Judiciário	164

CAPÍTULO V
AGENTES DIPLOMÁTICOS E AGENTES CONSULARES

1. Noções Gerais	167
2. Os Agentes Diplomáticos	171
a) A inviolabilidade diplomática	174
b) Imunidade de jurisdição	175
c) Isenção de impostos	176
3. Os Agentes Consulares	177

CAPÍTULO VI
ESPAÇOS SOB A SOBERANIA DOS ESTADOS
E ESPAÇOS INTERNACIONAIS COMUNS

1. Considerações Gerais	183
2. Domínio Terrestre	184
3. Domínio Fluvial e Lacustre	186
4. Domínio Aéreo	189
4.1. A regulamentação do espaço aéreo no Direito Internacional	190

5. Domínio Marítimo	194
5.1. Breve notícia histórica.....	194
5.2. A importância do domínio marítimo e sua regulação no sistema internacional .	198
5.3. Mar territorial	201
5.4. Zona contígua.....	205
5.5. Zona econômica exclusiva	206
5.6. Plataforma continental.....	208
5.7. Fundo marinho.....	210
5.8. Alto-mar	212
5.9. Sistema de controvérsias no Direito do Mar	217
5.9.1. O Tribunal Internacional sobre o Direito do Mar.....	218
6. Regiões Polares.....	222
6.1. A Antártica.....	222
6.2. O Ártico.....	226
7. O Desafio Brasileiro: a Amazônia Azul.....	228

PARTE III

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

CAPÍTULO VII

TEORIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Antecedentes.....	235
2. Conceito e Características.....	249
2.1. Associação voluntária de sujeitos do Direito Internacional	251
2.2. Ato institutivo internacional	252
2.3. Personalidade internacional	254
2.4. Ordenamento jurídico e órgãos próprios.....	255
3. Os Atos Praticados pelas Organizações Internacionais	256
3.1. A possibilidade de celebrar tratados.....	257
3.2. Imunidades e privilégios	258
3.3. O direito de legação	261
3.4. Possibilidade de demandar reclamações internacionais.....	261
4. Classificação.....	263
4.1. Quanto às finalidades	264
4.2. Quanto à extensão	265
4.3. Quanto à duração	266
4.4. Quanto à admissão	266
5. Direitos e Financiamento.....	267
6. Sucessão das Organizações Internacionais	270

CAPÍTULO VIII
A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

1. Antecedentes: a Liga das Nações	273
2. A Criação da Organização das Nações Unidas e seus Objetivos	284
3. Os Membros.....	291
4. Os Órgãos da ONU	293
4.1. Assembleia Geral	293
4.2. Conselho de Segurança.....	296
4.3. Secretaria-Geral	299
4.4. Corte Internacional de Justiça.....	301
4.5. Conselho Econômico e Social	306

CAPÍTULO IX
ORGANISMOS ESPECIALIZADOS DA ONU

1. Considerações Gerais	309
2. A Organização Internacional do Trabalho.....	311
3. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.....	315
4. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	317
5. A Organização Mundial da Saúde.....	319
6. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.....	321
6.1. O Banco Mundial.....	321
6.1.1. O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento	322
6.2. O Fundo Monetário Internacional	323
7. Organização da Aviação Civil Internacional.....	325
8. A União Postal Universal e a União Internacional de Telecomunicações	325
8.1. A União Postal Universal (UPU).....	326
8.2. A União Internacional de Telecomunicações	327
9. Organização Meteorológica Mundial	330
10. Agência Internacional de Energia Atômica.....	331
11. Organização Mundial do Turismo.....	335
12. Organização Marítima Internacional.....	338
13. Organização Mundial do Comércio	343
14. Organização Internacional para Catástrofes	349
14.1. Os órgãos executivos	351
14.2. Os órgãos legislativos.....	354
14.3. Os órgãos administrativos.....	355

CAPÍTULO X
A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

1. Considerações Gerais	357
2. Princípios da OEA.....	364
3. Membros.....	366
4. Direitos e Deveres	367
5. A Estrutura Orgânica da OEA.....	368
5.1. Assembleia Geral	368
5.2. Reunião de consulta dos Ministros das Relações Exteriores.....	369
5.3. Conselhos (Conselho Permanente e Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral).....	370
5.3.1. Conselho Permanente	371
5.3.2. Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.....	371
5.4. Comissão Jurídica Interamericana.....	372
5.5. Comissão Interamericana de Direitos Humanos	372
5.6. Secretaria-Geral	372
5.7. Conferências especializadas	373
5.8. Organismos especializados.....	373
5.8.1. Organização Pan-Americana da Saúde	374
5.8.2. Instituto Interamericano da Criança.....	374
5.8.3. Comissão Interamericana de Mulheres.....	374
5.8.4. Instituto Pan-Americano de Geografia e História.....	374
5.8.5. Instituto Indigenista Interamericano	374
5.8.6. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.....	375
6. O Sistema de Proteção dos Direitos Humanos	375

CAPÍTULO XI
INTEGRAÇÃO REGIONAL E MERCOSUL

1. As Fases de Integração Regional	381
2. Breve Notícia Histórica do Processo de Integração Regional na América Latina ..	387
3. O Mercosul	391
4. A Cooperação Judiciária do Mercosul.....	397

PARTE IV
O INDIVÍDUO NO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XII
NACIONALIDADE

1. Noções Gerais	403
2. Critérios Atributivos da Nacionalidade.....	410
a) <i>Jus soli</i> (direito do solo).....	410
b) <i>Jus sanguinis</i> (direito do sangue).....	410

c) Sistema misto.....	411
3. Formas de Aquisição da Nacionalidade	412
4. Perda da Nacionalidade.....	416
5. Polipátrida e Apátrida.....	419
6. Efeitos da Naturalização	421

CAPÍTULO XIII

A SITUAÇÃO JURÍDICA DOS MIGRANTES NO BRASIL

1. Considerações Gerais	425
2. Nacionalidade, Estrangeiro e o Migrante	428
a) Imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil.....	428
b) Emigrante: brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior.....	429
c) Residente fronteiriço: pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho.....	430
d) Visitante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional	432
e) Apátrida: pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto n. 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.....	432
3. A Lei de Migração no Brasil.....	433
4. A Admissão e a Retirada Compulsória do Migrante	438
5. A Extradicação.....	448

CAPÍTULO XIV

O DIREITO DE ASILO

1. Noções Gerais	455
2. Natureza Jurídica do Asilo.....	456
3. O Asilo Territorial	458
4. O Asilo Político	460
5. O Direito de Asilo na Lei n. 13.445/2017 e no Decreto n. 9.199/2017.....	464

CAPÍTULO XV

O REFÚGIO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução	469
2. Breves Antecedentes.....	471
3. O Conceito de Refugiado à Luz do Direito Internacional.....	473
3.1. “Clandestinos” ou refugiados?	476

4. A Situação Atual no Mundo, em Conformidade com Relatório Produzido pelo ACNUR.....	478
4.1. Crianças são a metade	480
a) Europa (crescimento de 51%).....	481
b) Oriente Médio e Norte da África (crescimento de 19%).....	481
c) África Subsaariana (crescimento de 17%, excluindo a Nigéria).....	481
d) Ásia (crescimento de 31%).....	481
e) Américas (crescimento de 12%).....	482
5. Considerações Finais.....	482

CAPÍTULO XVI

MODOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO DIP

1. Considerações Gerais	485
2. Meios Diplomáticos.....	486
2.1. Negociação	487
2.2. Congressos e conferências.....	488
2.3. Bons ofícios	489
2.4. Mediação	489
2.5. Conciliação	491
3. Meios Jurídicos	491
4. Meios Políticos	496
5. Meios Coercitivos.....	497
5.1. Retorsão.....	498
5.2. Represálias.....	498
5.3. Embargo	498
5.4. Boicote.....	498
5.5. Rompimento das relações diplomáticas.....	499

CAPÍTULO XVII

A GUERRA NO DIREITO INTERNACIONAL

1. Considerações Gerais	501
2. Conceito de Guerra Justa x Guerra Santa.....	503
3. Conceito de Guerra Defensiva x Guerra Ofensiva	507
4. A Guerra no Século XX: Algumas Impressões.....	509
5. Conceito de <i>Jus Contra Bellum</i>	512
6. O Uso da Força e a Legítima Defesa	514
7. O Sistema de Segurança Coletiva.....	517

CAPÍTULO XVIII

O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

1. Considerações Gerais	521
2. Antecedentes Históricos	522
3. Autonomia do Direito Internacional Humanitário	524
4. Guerra ou Conflito Armado?	527
5. A Intervenção Humanitária	529
6. Direito de Haia	534
7. Direito de Genebra	535
8. Direito de Nova Iorque.....	536
9. As normas de Direito Internacional Humanitário e sua Aplicação, Controle e Sanções	537
10. A proteção da Pessoa Humana em Cenários de Conflitos Armados.....	541

CAPÍTULO XIX
O TERRORISMO NO SISTEMA INTERNACIONAL

1. Considerações Gerais	545
2. O Terrorismo como Conceito e O Terrorista como Categoria de pessoas	547
2.1. Precedentes históricos do fenómeno terror.....	548
2.2. O terrorismo e os seus símbolos e significados.....	550
3. O Terrorismo Sob a Égide do Direito Internacional	553
4. O Terrorismo como Possível Cenário de Catástrofe	554
5. À guisa de Conclusão	555

PARTE VI
TEMAS ATUAIS DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO XX
GLOBALIZAÇÃO

1. Breve Notícia Histórica.....	559
2. Conceito	564
3. Efeitos Provenientes da Globalização.....	569
4. Forças Poderosas que Impulsionam a Globalização	574
5. O Impacto da Globalização sobre os Direitos Sociais.....	577

CAPÍTULO XXI
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA

1. Antecedentes Históricos	581
2. A Pessoa Humana como Sujeito de Direito Internacional	590
3. Os Direitos Humanos no Plano Universal.....	599
4. Os direitos Humanos e o Tribunal Penal Internacional	613

4.1. A definição dos crimes contra a humanidade e do genocídio pelo Direito Internacional	623
5. Direitos Humanos e Cosmopolitismo	627
6. A Onda Geracional dos Direitos Humanos	631

CAPÍTULO XXII
OS DIREITOS HUMANOS NO PLANO REGIONAL

1. Considerações Gerais	639
2. A Proteção Universal, os Sistemas Regionais e a Humanização do Direito Internacional	641
3. O Sistema Europeu	653
4. O Sistema Americano	664
5. O Sistema Africano.....	685

CAPÍTULO XXIII
A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

1. Considerações Gerais	695
2. Conceito de Meio Ambiente	696
3. A Ideia de Justiça Ambiental	700
4. Breves Antecedentes na Formação do Direito Internacional Ambiental.....	704
5. Alguns Temas Contemplados pelo Direito Internacional Ambiental.....	708
5.1. Atmosfera e clima	710
5.2. Rios transfronteiriços, lagos e bacias	711
5.3. Os mares e oceanos.....	712
5.4. A fauna e a flora.....	713
6. Alguns Marcos Importantes para o Direito Internacional Ambiental.....	715
6.1. A Conferência de Estocolmo, de 1972	715
6.2. A Conferência do Rio de Janeiro, de 1992.....	720
6.3. A Conferência de Joanesburgo, de 2002	727
6.4. A Conferência do Rio de Janeiro, de 2012.....	730
7. O Meio Ambiente no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos.....	731
7.1. Litigância climática no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	736
8. Comércio Internacional e Meio Ambiente.....	743
9. O “Refugiado” Ambiental	750
10. O Tribunal Internacional do Meio Ambiente: uma Necessidade.....	758
11. Jurisprudência Internacional Ambiental e Marítima.....	762
12. Meio Ambiente e Conflitos Armados	768

CAPÍTULO XXIV
CENÁRIOS DE CATÁSTROFES NA SOCIEDADE GLOBAL DE RISCO E SUA TUTELA JURÍDICA: FUNDAMENTOS PARA O DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFE

1. Considerações Gerais	771
2. O Direito das Catástrofes.....	772
3. Possíveis Cenários de Catástrofes na Arena Internacional	781
3.1 Meio ambiente	781
3.2. Crises econômicas.....	792
3.3. A pandemia do coronavírus	793
3.4. As mudanças climáticas	800
a) O elemento ambiental.....	804
b) O elemento ético	808
c) O elemento econômico	809
3.5. Conflitos armados.....	811
3.5.1. Estados nacionais em cenários de catástrofes por conflitos armados: breve notícia	814
4. À guisa de conclusão inacabada.....	821

CAPÍTULO XXV

OS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

1. Considerações Gerais	825
2. As Correntes Doutrinárias Sobre os Tratados Internacionais de Direitos Humanos	827
2.1. Natureza supraconstitucional.....	827
2.2. Natureza constitucional	832
2.3. Natureza de lei ordinária.....	837
2.4. Natureza supralegal	844
3. A Valorização dos Direitos Humanos no Brasil	846
4. Direitos Formais e Materialmente Fundamentais e a Abertura Material dos Direitos Fundamentais na Ordem Constitucional Brasileira	850
5. Dimensões Procedimentais Relativas à Internalização no Ordenamento Jurídico Brasileiro dos Tratados Internacionais Sobre Direitos Humanos.....	860
6. Considerações Finais.....	865
Referências.....	876